



FUNDAÇÃO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
UNICENTRO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2019

DATA DA PROVA: 22/12/2019

PERÍODO DA PROVA: MANHÃ

CARGO: AUDITOR FISCAL

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Não é permitido durante a realização da prova: a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova;
- **O candidato NÃO poderá levar consigo o Caderno de Questões. Poderá levar tão somente o Gabarito a ser destacado do Caderno de Questões.**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

Destaque aqui -----

ANOTE AQUI SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

O cachorro do meu irmão

Se tem uma coisa que aprendi é: colunistas precisam ser muito cuidadosos ao falar de bichos. Algumas pessoas se sensibilizam mais com os bichos do que com a humanidade inteira, o que não julgo. Quem sou eu. A humanidade anda complicada mesmo, mas ainda acho que vale o esforço. Lembrei do risco de escrever sobre um cachorro a respeito de um texto publicado aqui. O título era Inventário dos Meus Bichos, sobre as minhas recordações caninas. Uma leitora saiu lascando, como assim, "inventário", uma palavra fria e calculista para se referir a animais? De nada adiantaram minhas explicações sobre o que se convencionou chamar de licença poética - no caso, prosética, se me perdoam o trocadilho infame. Outros me execraram porque falei dos cachorros da minha infância, e todos eram de raças diferentes, escolhidos e mantidos pelos meus pais. Não compre, adote.

Que culpa eu, criança há 40 e tantos anos, carrego por que não tínhamos vira-latas em casa? Não fui convidada a participar da decisão e, se fosse, com certeza concordaria com o que os pais escolhessem. Meus irmãos e eu queríamos um cachorro, qualquer cachorro. Se nos dessem um pônei, nós o batizaríamos de Rex e acreditaríamos que era um cachorro. Fomos felizes para sempre com nossos boxers e um schnauzer para lá de rueiro, como seríamos com um vira-latas. Mas alguns leitores não perdoaram minhas memórias. Na próxima, prometo lembrar de coisas que não vivi.

Hoje a coluna fala sobre um vira-latas chamado, ora veja, Cachorro. Foi adotado pelo meu irmão em Ingleses, a praia de Floripa. Os dois ficaram amigos enquanto o Cachorro passeava com seu bando e parava para ganhar um carinho, beber água, comer alguma coisa. Um dia apareceu desgarrado, entrou na casa do meu irmão e nunca mais saiu. Isso foi há quase cinco anos. O veterinário estima que o Cachorro esteja pelos nove anos de idade, alguns pelos brancos aparecendo no focinho.

Catarinense, o Cachorro veio há pouco morar em Porto Alegre e está completamente adaptado à leal e valorosa. Ama ir ao Cachorródromo dos Açorianos. Meu irmão mora no Centro Histórico e, se precisa viajar, o cão fica hospedado comigo, se estou na cidade, ou com minha irmã e suas três filhas. Em qualquer dos endereços, vira rei no primeiro minuto.

O Cachorro é o bicho mais querido que conheci. Meu irmão acha que ele sofreu muito até ser adotado, o pobre não pode ver uma vassoura que sai, apavorado, para se enfiar em algum cantinho. Quem bate em um ser indefeso desses merece, esse sim, levar umas vassouradas. O Cachorro não rasga o sofá, não come os fones de ninguém, não pega as meias, não rói as almofadas. Não me espantaria se latisse um "muito obrigado" quando é servido de

ração. Necessidades? Só fora de casa, seja quando for o passeio. Mas o passeio tem que ser logo. O Cachorro é louco por uma banda.

Na rua, ele cheira tudo. Alterna paradas para cheirar as pedras, as plantas, a calçada, as árvores, com longas andanças em que parece um praticante de marcha atlética. É preciso sair com muitos saquinhos na mão, o Cachorro não poupa os canteiros do centro. E, às vezes, me coloca em saias justas. Foi eu me distrair em um dos pit stops que ele deu uma espirradinha de xixi na porta do Colégio Sevigné. Interrompi no meio, mas uma senhora que varria a calçada viu. O xingão que ela me deu ecoou pela Duque deserta. Que vergonha, deixar o bicho fazer xixi na porta de um colégio. Ela não aceitou minhas desculpas. Temos que ser mais atentos, o Cachorro e eu. Somos cidadãos e fazemos questão de andar na linha.

Agora, enquanto escrevo, o Cachorro dorme o sono dos cachorros justos e cansados atrás da minha cadeira. Meu irmão acaba de avisar que vem buscar seu precioso daqui a pouco. Não sei, não, mas acho que vem aí Tajés x Tajés.

Só devolvo o Cachorro na Justiça.

Claúdia Tajés

Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível no endereço

eletrônico: [https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/colunistas/claudia-tajes/noticia/2019/11/o-cachorro-do-meu-irmao-](https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/colunistas/claudia-tajes/noticia/2019/11/o-cachorro-do-meu-irmao-ck2qgnnw600jp01o072y2z4f4.html)

[ck2qgnnw600jp01o072y2z4f4.html](https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/colunistas/claudia-tajes/noticia/2019/11/o-cachorro-do-meu-irmao-ck2qgnnw600jp01o072y2z4f4.html). Acesso em 20 de novembro de 2019

01) Quanto à tipologia textual, o texto, predominantemente, pode ser classificado como:

- (A) Notícia.
- (B) Crônica.
- (C) Narração.
- (D) Dissertação.
- (E) Poesia.

02) Assinale o trecho que apresente um advérbio de intensidade:

- (A) ...colunistas precisam ser muito cuidadosos ao falar de bichos...
- (B) ...o que não julgo.
- (C) Hoje a coluna fala sobre um vira-latas chamado, ora veja, Cachorro...
- (D) Agora, enquanto escrevo, o Cachorro dorme ...
- (E) Fomos felizes para sempre com nossos boxers...

03) No período “E, às vezes, me coloca em saias justas”, o uso da crase é justificado por:

- (A) Locução prepositiva.
- (B) Locução Adverbial.

- (C) Regência Nominal.
- (D) Regência verbal.
- (E) Anteposição de adjetivo.

04) No período “Só devolvo o Cachorro na Justiça.”, o substantivo cachorro exerce a função sintática de:

- (A) Sujeito.
- (B) Predicativo.
- (C) Aposto.
- (D) Objeto Direto.
- (E) Objeto Indireto.

05) No período “Meu irmão acha que ele sofreu muito até ser adotado”, a oração subordinada em destaque exerce a função sintática de:

- (A) Sujeito.
- (B) Complemento Nominal.
- (C) Objeto Direto.
- (D) Predicativo.
- (E) Objeto Indireto.

06) Alana trabalha no período da manhã e tarde de segunda a sexta, e somente no período da manhã aos sábados das 8 horas as 12 horas. Ela tem um compromisso em um determinado sábado e sugeriu ao seu supervisor se pode chegar antes, durante um período para compensar as 4 horas que não vai trabalhar no sábado de seu compromisso. O supervisor autorizou que ela chegasse antes, e que isto deveria ocorrer nos próximos 10 dias de trabalho chegando sempre no mesmo horário. Se antes do acordo ela chegava ao trabalho às 8 horas, nos próximos 10 dias deve chegar as:

- (A) 7h e 46 min.
- (B) 7h e 30 min.
- (C) 7h e 36 min.
- (D) 7h e 24 min.
- (E) 7h e 48 min.

07) Dentre as sentenças seguintes somente uma delas é FALSA e está representada pela letra:

- (A) Se $x = 2$; $x^3 = 8$
- (B) Se $a = b$ e $b \neq 0$; $\frac{a}{b} = 1$
- (C) Se $a = 3$ e $b = 4$; $a^2 + b^2 = 25$
- (D) Se $a \neq 0$ e $b \neq 0$; $a.b = 0$
- (E) Se $c = 0,5$; $\frac{c}{2} = 0,25$ e $c^2 = 0,25$

08) Uma determinada bebida deve ser aquecida para o seu consumo e durante este processo evapora 20% de seu conteúdo até que esteja pronta para ser consumida. Em um coquetel a responsável precisa de 100 litros desta bebida já pronta para ser consumida. Quantos litros desta bebida devem comprar para obter a quantidade desejada para o consumo?

- (A) 105 litros.
- (B) 115 litros.
- (C) 120 litros.
- (D) 122 litros.
- (E) 125 litros.

09) Carlos é um estudante que nas horas vagas trabalha por hora em um restaurante, ele costuma trabalhar 3 horas por dia de segunda a sexta, 4 horas no sábado e 4 horas no domingo, recebe R\$ 20,00 por hora trabalhada de segunda a sexta e R\$ 30,00 para cada hora que trabalha no sábado e no domingo. Se ele realizou esta rotina por 8 semanas recebeu neste período a importância de:

- (A) R\$ 4.320,00.
- (B) R\$ 3.860,00.
- (C) R\$ 4.020,00.
- (D) R\$ 3.660,00.
- (E) R\$ 4.180,00.

10) O encarregado de pintar uma faixa em uma rodovia do estado sabe que para pintar 3 km da rodovia utiliza 3,6 litros de tinta. Ao todo precisa pintar 45 km desta faixa, quando foi comprar a tinta para realizar o trabalho verificou que esta tinta é vendida somente em galões de 18 litros. Qual a quantidade mínima destes galões ele deve comprar para realizar o seu trabalho?

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

11) A história mostra que em 1947 um hotel foi o primeiro estabelecimento comercial da localidade que hoje se chama Nova Laranjeiras. Quais eram os principais clientes que o hotel atendia nesta época? Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

- I - Mascates.
- II - Timoneiros.
- III - Motoristas.
- IV - Metalúrgicos.

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

- (B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

12) Qual é o nome da terra indígena existente no município de Nova Laranjeiras? Assinale a alternativa correta:

- (A) Terra Indígena Rio das Cobras.
- (B) Terra Indígena de Marrecas.
- (C) Terra Indígena Cacique Guairacá.
- (D) Terra Indígena Campo Real.
- (E) Terra Indígena Apuã.

13) Qual a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para Nova Laranjeiras em 2019? Assinale a alternativa correta:

- (A) 9.227 habitantes.
- (B) 11.554 habitantes.
- (C) 14.212 habitantes.
- (D) 18.373 habitantes.
- (E) 7.111 habitantes.

14) O uso de aplicativos online por grandes empresas para conectar usuários e prestadores de serviços está modificando as relações de trabalho e de consumo em nossa sociedade. Quais dos objetos ou serviços abaixo têm sido disponibilizados como “economia compartilhada” via rede social, sites ou aplicativos online? Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

- I - Quartos, apartamentos e casas.**
- II - Automóveis.**
- III - Patinetes, scooters e bicicletas.**
- IV - Guarda-chuvas.**

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

15) As recentes manchas de óleo nas praias nordestinas trouxeram novamente à tona discussões sobre o baixo investimento em ciência e tecnologia na prevenção de desastres ambientais no Brasil. Qual das tecnologias abaixo poderia ter sido utilizada com maior êxito para identificar e combater as manchas de óleo se estivesse plenamente disponível para pesquisadores brasileiros? Assinale a

alternativa correta:

- (A) Internet 5G.
- (B) Boia marítima com sensor térmico.
- (C) Câmeras submarinas.
- (D) Satélite-radar de alta resolução.
- (E) Barreiras químicas fluviais.

16) Os tributos são instituídos com base nas regras de competência e requisitos previstos na legislação, em especial o Código Tributário Nacional. Sobre as normas que atingem os tributos, assinale a alternativa correta:

- (A) O descumprimento da entrega de uma declaração obrigatória resulta em aplicação de penalidade ao Sujeito Passivo. Tal penalidade é considerada um tributo acessório.
- (B) É vedada a delegação da competência tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, na função de fiscalizar tributos ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
- (C) Tributo é a prestação pecuniária compulsória cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (D) As taxas podem ser cobradas sobre o capital das empresas, não podendo ser cobradas no caso de serviço público colocado à disposição, mas não utilizado pelo Contribuinte.
- (E) As taxas poderão ser cobradas em razão do poder de polícia e somente quando o serviço público seja específico e divisível.

17) Supondo que um Contribuinte realizou uma operação tributável com os seguintes dados:

- Fato gerador da operação principal ocorrido em 14/08/2018.
- Data do lançamento 31/10/2019.
- Alíquota do tributo em 2018: 5%.
- Alíquota do tributo a partir de 01/01/2019: 4%.
- Em 31/10/2019, tendo em vista os novos critérios de fiscalização implementados através de lei, cuja vigência se deu a partir de 01/01/2019, foi verificada infração à legislação por parte do Contribuinte quando da ocorrência do fato gerador.
- Multa vigente no ano de 2018: R\$ 500,00.
- Multa vigente a partir de 01/01/2019 R\$ 200,00.

Assinale a única alternativa correta:

- (A) Deve ser aplicada a penalidade ao Contribuinte no valor de R\$ 500,00 e a alíquota do tributo deve ser de 4%.
- (B) Deve ser aplicada a penalidade ao Contribuinte no valor de R\$ 500,00 e a alíquota do

tributo deve ser de 5%.

(C) Deve ser aplicada a penalidade ao Contribuinte no valor de R\$ 200,00 e a alíquota do tributo deve ser de 5%.

(D) Não é possível aplicar a penalidade tendo em vista que a vigência dos novos critérios de fiscalização se deu após o fato gerador e a alíquota do tributo deve ser de 4%.

(E) Não é possível aplicar a penalidade tendo em vista que a vigência dos novos critérios de fiscalização se deu após o fato gerador e a alíquota do tributo deve ser de 5%.

18) Quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração tributária, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade, o lançamento deve ser realizado ou revisto:

- (A) De ofício.
- (B) De forma arbitrada.
- (C) Por aferição estimada.
- (D) Por homologação.
- (E) Por declaração indireta.

19) Contribuinte possui um débito tributário junto à Prefeitura Municipal no valor de R\$ 20.000,00. Inconformado com parte do valor devido e com o intuito de regularizar a situação, procedeu da seguinte forma:

- Realizou uma compensação no valor de R\$ 6.000,00.
- Apresentou Recurso Tempestivo no valor de R\$ 5.000,00.
- Realizou o parcelamento no valor de R\$ 9.000,00.

Com base nestes dados, pode-se afirmar que:

(A) Caso solicite, a certidão do Contribuinte será positiva de débitos e o valor dos tributos com exigibilidade suspensa é de R\$ 9.000,00.

(B) Caso solicite, a certidão do Contribuinte será positiva de débitos e o valor dos tributos com exigibilidade suspensa é de R\$ 14.000,00.

(C) Caso solicite, a certidão de débitos do Contribuinte será positiva com efeitos de negativa e o valor dos tributos com exigibilidade suspensa é de R\$ 9.000,00.

(D) Caso solicite, a certidão de débitos do Contribuinte será positiva com efeitos de negativa e o valor dos tributos com exigibilidade suspensa é de R\$ 14.000,00.

(E) Caso solicite, a certidão de débitos do Contribuinte será negativa e o valor dos tributos

com exigibilidade suspensa é de R\$ 20.000,00.

20) Assinale a alternativa que apresenta o prazo legal para a prescrição do crédito tributário:

(A) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve no prazo de três anos, contados da data da sua constituição definitiva.

(B) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve no prazo de quatro anos, contados da data da sua constituição definitiva.

(C) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve no prazo de cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

(D) O direito de a fazenda pública constituir o crédito tributário prescreve no prazo de três anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador.

(E) O direito de a fazenda pública constituir o crédito tributário prescreve no prazo de cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador.

21) Contribuinte do Município cometeu infração fiscal decorrente de sonegação de tributos. Sobre este caso, analise os dados abaixo:

▪ Ocorrência do fato gerador que resultou em sonegação fiscal: 20/05/2019.

▪ Vencimento original do tributo: 10/06/2019.

▪ Intimação do Contribuinte para apresentar documentação: 16/09/2019.

▪ Prazo máximo para resposta da Intimação: 16/10/2019.

A única hipótese em que o Sujeito Passivo teria sua responsabilidade pela infração excluída seria se ele tivesse:

(A) Declarado e recolhido os tributos e juros de mora até o dia 10/06/2019.

(B) Declarado e recolhido os tributos e juros de mora até o dia 10/07/2019.

(C) Declarado e recolhido os tributos e juros de mora até o dia 16/09/2019.

(D) Declarado e recolhido os tributos e juros de mora até o dia 16/10/2019.

(E) Declarado e recolhido os tributos e juros de mora até o dia 16/11/2019.

22) Sobre a responsabilidade tributária, é correto afirmar que:

(A) No caso de a lei atribuir responsabilidade pelo crédito tributário a terceiros vinculados com o fato gerador, a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação será sempre compartilhada com o Contribuinte.

(B) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de incorporação de outra ou em outra é

responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado incorporadas.

(C) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade de bens imóveis será sempre do alienante.

(D) Os tributos devidos por pessoa falecida serão de responsabilidade dos seus sucessores e cônjuge, independentemente de haver bens para partilha ou herança.

(E) Em hipótese alguma os pais serão responsáveis solidários pelos tributos devidos pelos seus filhos menores de idade.

23) Dívida ativa tributária representa o débito de mesma natureza que não foi regularmente liquidado no prazo previsto em lei, constituindo direito de a fazenda publicar proceder à cobrança judicial. Assinale a única alternativa incorreta no que diz respeito à Dívida Ativa tributária:

(A) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

(B) Não é vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na dívida ativa.

(C) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, podendo ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a que aproveite.

(D) A omissão de quaisquer dos requisitos obrigatórios para inscrição da dívida ativa, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, vedada a substituição da certidão da dívida ativa após o início do processo de cobrança.

(E) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado, bem como a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

24) As licitações representam a forma como a Administração Pública adquire bens e serviços de forma mais vantajosa e isonômica, assegurando igualdade a todos aqueles que pretendem participar do processo. Sobre o aspecto tributário das licitações, é correto afirmar que:

(A) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos fiscais e previdenciários resultantes da execução do contrato.

(B) Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros serão acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda.

(C) No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos.

(D) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

(E) As empresas que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos poderão ser declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

25) As microempresas e empresas de pequeno porte podem aderir ao Regime do Simples Nacional para reduzir a carga tributária e as obrigações acessórias previstas na legislação, assegurando aumento da competitividade e do emprego para a população. Sobre a legislação que rege o Simples Nacional, é incorreto afirmar:

(A) Os dados dos documentos fiscais de qualquer espécie podem ser compartilhados entre as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, quando emitidos por meio eletrônico, na forma estabelecida pelo Conselho Gestor do Simples Nacional, a microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional fica desobrigada de transmitir seus dados às administrações tributárias.

(B) É permitida a prestação de assistência mútua e a permuta de informações entre a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relativas às Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, para fins de planejamento ou de execução de procedimentos fiscais ou preparatórios para apuração omissão de receita.

(C) O Município poderá, mediante convênio, transferir, exclusivamente ao respectivo Estado em que se localiza, a atribuição de julgamento do contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional referente lançamento, indeferimento da opção ou a exclusão de ofício do Simples Nacional.

(D) Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido

tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

(E) É vedado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito das respectivas competências, estabelecer, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa.

26) Segundo o Código de Posturas Municipal, toda atividade comercial, industrial, prestadora de serviços ou comunitária, localizada em áreas particulares ou públicas somente poderá funcionar com o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento, emitido pela Administração Pública, concedido previamente a requerimento dos interessados. Sobre o Alvará de Localização e Funcionamento é correto afirmar que:

(A) O Alvará de Localização e Funcionamento deverá ser renovado a cada três anos.

(B) O alvará de Localização e Funcionamento do estabelecimento poderá ser cassado como medida preventiva da preservação do patrimônio histórico e cultural, quando solicitado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano.

(C) A critério do órgão competente poderá ser expedido o Alvará de Localização e Funcionamento temporário de estabelecimento, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

(D) Não é necessária a emissão de novo Alvará de Localização e Funcionamento quando o estabelecimento mudar sua localização, mas mantiver as mesmas atividades anteriores.

(E) É vedada a emissão de Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco ambiental.

27) Segundo o Código Tributário Municipal, a alternativa que não apresenta um fato gerador do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis consta na alternativa:

(A) Permuta de imóveis.

(B) Doação de bem imóvel.

(C) Arrematação de imóvel em leilão público.

(D) Cessão de direitos de usucapião do imóvel.

(E) Compra e venda condicional de imóvel.

28) O Código Tributário Municipal determina que o sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal mediante defesa escrito dirigida ao Secretário de Finanças, acompanhada de suas alegações e documentos comprobatórios. Sobre

a primeira instância administrativa do contencioso tributário, é incorreto afirmar que:

(A) A impugnação terá efeito suspensivo de cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

(B) A impugnação deve ser apresentada dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração ou do termo de apreensão, independente de prévio depósito.

(C) Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos.

(D) Da decisão de primeira instância caberá pedido de reconsideração dirigido ao Secretário de Finanças e no prazo de 15 (quinze) dias da ciência da decisão.

(E) Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, a autoridade administrativa recorrerá de ofício, obrigatoriamente.

29) A Constituição Federal da República Federativa do Brasil não veda a instituição e cobrança de imposto sobre:

(A) Patrimônio e renda das instituições de saúde.

(B) Patrimônio e renda dos Estados e Municípios.

(C) Templos de qualquer culto.

(D) Livros jornais e periódicos.

(E) Rendas e serviços dos partidos políticos.

30) As regras de repartição tributária são definidas pela Constituição Federal do Brasil, assegurando a divisão de recursos entre os Entes para custear os serviços destinados para a população. Assinale a alternativa que apresenta o percentual do Imposto Sobre a Propriedade Rural destinado aos Municípios que realizem sua fiscalização e cobrança, sem que isto implique em redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal:

(A) 25% (vinte e cinco por cento).

(B) 35% (trinta por cento).

(C) 50% (cinquenta por cento).

(D) 75% (setenta e cinco por cento).

(E) 100% (cem por cento).